



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões

MUTAÇÕES DO TRABALHO E DA POBREZA NA MODERNIDADE AVANÇADA

SILVESTRE, Agostinho Rodrigues
Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante
Universidade Portucalense
agostinhosilvestre@sapo.pt

FERNANDES, Luís
Doutoramento em Psicologia do Comportamento Desviante
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
jllf@fpce.up.pt

Resumo

O tema nuclear da comunicação é o das relações entre trabalho, desigualdades sociais e pobreza. A argumentação constrói-se a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e de investigações anteriores levadas a cabo pelos autores. Organiza-se em duas partes: na primeira discutem-se as mutações que o trabalho tem conhecido sobretudo nas últimas quatro décadas; na segunda, a sua relação com a pobreza e a marginalização social na modernidade avançada.

Faz-se de início um breve percurso pelo modo como foi assumindo o papel de estratégia de normalização e de ética da disciplina, adquirindo um elevado estatuto socioeconómico e politiconormativo. Em seguida, analisam-se as transformações por que tem passado, sistematizando-as em três linhas: a da sua rarefação, a da sua segmentação e fragmentação do estatuto do trabalhador e a da relação do trabalho com a construção da experiência biográfica dos atores.

As mutações a que aludimos não se impõem sem resistência, mantendo-se atualmente respostas que tendem a prolongar os papéis e a ética tradicional do trabalho. É deste modo que contextualizamos a procura de algumas novas jazidas de emprego, bem como as políticas implementadas, em Portugal como em grande parte dos países da União Europeia, para a promoção do emprego e de apoio aos desempregados.

Os dados de variadas investigações mostram que as transformações em curso no mercado de trabalho constituem mecanismos de aprofundamento das desigualdades e de clivagens sociais.

Abstract

The nuclear theme of communication involves work relations, social inequality and poverty. This argument is based on a literature review on the subject and previous researches carried out by the authors. It is organized in two parts: in the first one we discuss the changes that work has known, especially on the last four decades; in the second part, its relation with poverty and social marginalization in advanced modernity.

We begin by making a short analysis on the way it has assumed the role of standardization strategy and discipline ethics, acquiring a high socioeconomic, political and normative status. Next, we analyze the occurred changes, systematizing them into three lines: its rarefaction, its segmentation and the fragmentation status of the worker and the influence of work on the construction of the actors' biographical experience.

These mutations do not impose themselves without resistance, and currently are being sustained responses which tend to prolong the traditional work role and ethics. This is how we contextualize the search for some new sources of employment as well as the policies implemented, in Portugal as in most European Union countries, to promote employment and to support the unemployed.

The data collected from various researches shows the transformations that underway in the work market are mechanisms that deepen inequalities and social division.

Palavras-chave: Trabalho; pobreza; processos de marginalização social
Keywords: Work; Poverty; Social marginalization processes

PAP1133

INTRODUÇÃO

As condições de realização do trabalho assalariado nas sociedades ocidentais contemporâneas têm suscitado nos últimos anos um conjunto de dúvidas e interrogações. Associada à discussão mais genérica se é ou não possível o restabelecimento da sociedade de pleno emprego, o que se discute é se a sua diferenciação interna, constatada empiricamente na multiplicação e estilhaçamento das formas da sua realização; a sua rarefação; a sua crescente racionalização e desumanização e a sua diminuição e descontinuidade nos tempos vitais do sujeito não colocam em causa o seu papel, tantas vezes proclamado, de grande integrador da experiência individual e coletiva. Depois de ter sido concebido como uma estratégia de normalização e como dispositivo disciplinar, enquanto dever moral, imperativo individual e obrigação social e anunciado como o melhor meio de evitar todos os males sociais, não apenas a privação económica, mas também a criminalidade, a toxicodependência e outros, o trabalho parece estar hoje sob o signo da incerteza e da desordem e constituir, talvez mais do que nunca, um poderoso mecanismo de aprofundamento das desigualdades sociais e de gerador de processos de vulnerabilização individual e social. Após uma fase de standardização das relações laborais e de alguma organização do mercado de trabalho, o que se verifica, sobretudo a partir do final dos anos setenta do último século e com fortes pronunciamentos nos anos noventa, é a tendência para a sua crescente desregulamentação e individualização.

Essa individualização, está associada à crise das sociedades de pleno emprego, cujos contornos tentaremos analisar muito brevemente na primeira parte deste texto, não apenas nos seus aspetos teóricos, mas recorrendo também a dados da investigação estatística. Procuraremos depois discutir as implicações que as metamorfoses registadas no mercado de trabalho, nomeadamente, a sua segmentação e a fragmentação do estatuto do trabalhador, o desemprego e a subocupação, a precariedade e o novo regime da individualização da proteção social, podem ter para compreender as mutações que a pobreza tem registado nas sociedades de capitalismo tecnologicamente avançado.

1. O Trabalho na modernidade avançada: adeus às sociedades de pleno emprego?

Durante toda a antiguidade e até à primeira modernidade, o trabalho foi considerado como uma atividade circunscrita ao domínio privado e considerada mesmo como degradante e indigna, (Arendt, 1995; Gorz, 1991). Com a revolução industrial e sobretudo com a manifestação generalizada dos seus efeitos, foi adquirindo e consolidando o estatuto teórico-epistemológico, mas também político-normativo de fator estruturante e princípio organizador da vida individual e coletiva. Foi, além disso, reiteradamente proclamado como a essência do homem e como o modelo do laço social: considerado como o principal fator na construção das identidades coletivas e individuais, ou nas palavras de M. de Coster (1994, p.28) ” a referência identitária societal por excelência” o trabalho e a atividade produtiva seria, não apenas a medida e o modelo das permutas sociais, mas também a forma privilegiada do individuo se reconhecer e ser reconhecido útil à sociedade, prestando-lhe a sua colaboração. Para além de muitas outras virtudes e benefícios para a humanidade que lhe foram atribuídos, foi considerado, pelos discursos económico, político e também científico, como o grande integrador da experiência individual e social. Foi, de resto, representado como um esforço coletivo que exigia, por isso, a colaboração de todos (Bauman, 2007), passando assim a ser concebido como obra de cada um e de todos nós, que havia de conduzir o Homem à abundância e à expressão plena das suas capacidades.

Numa altura em que se anuncia a sua crise, é por referência a esses fundamentos do trabalho que podem ser interpretados os sucessivos esforços para manter viva e até reforçada a sua ética. Desde logo alargando o conceito de trabalho, tornando-o pouco preciso de tal forma que se torna difícil perceber o que é trabalho e não – trabalho. É assim que se tem assistido, com particular reforço nas duas últimas décadas, à tentativa de invenção e descoberta de novas “ jazidas de emprego”, sendo os serviços prestados às pessoas o mais salientado por alguns teóricos do emprego, entre os quais Schnnapper (1998, p.83) que a este propósito afirma: “ há todo um sector da vida comum que não é dirigido pela informática. É o conjunto a que se chama o social no sentido lato do termo: cuidar materialmente, moralmente, intelectualmente das crianças, dos adolescentes e dos idosos”. Notemos, contudo, que essa opção não é isenta de riscos, desde logo porque coloca a possibilidade

de nos tornarmos uma sociedade de servidores e de neo-domesticidade (Gorz, op, cit), o que poderá significar o aprofundamento das desigualdades, antes de tudo o mais pela diferente valorização do tempo de cada um dos trabalhadores. Depois, porque reforça a individualização do emprego e do trabalho de que falaremos no ponto 2 deste texto.

Entretanto, é sobretudo com o fim do período (1945-1975) frequentemente designado por “trinta gloriosos”, ou seja com o crescimento do desemprego (mas também com a emergência de novas posturas culturais bem ilustradas pelas palavras de ordem dos jovens dessa época que se recusavam “ a perder a vida a tentar ganhá-la”) que esta concepção sobre o trabalho é consistentemente desconstruída e colocada em questão. Surgem assim trabalhos de vários autores (e.g. Gorz, op.cit; Offe, 1992; Meda, 1999; Beck, 2000; Bauman, 2005) que, além de outras críticas, falam em desencantamento e anunciam o fim das sociedades de pleno emprego, quer dizer, taxa de desemprego na ordem dos 2%; carreiras laborais consistentes, prolongadas e protegidas, etc., ou mesmo “ o fim, historicamente previsível, da sociedade de trabalho.” (Habermas, 2000, p.84).

Na base destas novas concepções do trabalho e do seu lugar na vida social atual podemos dizer, de modo bastante resumido, que está uma constatação com pelo menos três implicações maiores. A constatação é que o desenvolvimento tecnológico e, particularmente, a designada terceira revolução industrial ou micro-electrónica reduziu em muito a necessidade de trabalho humano na produção de riqueza. Conseguimos hoje produzir muito mais com muito menos trabalho. Ao que assistimos é ao trabalho (que o desenvolvimento tecnológico incorpora e traduz) a reduzir a sua própria necessidade, ou seja o trabalho “morto” a reduzir e até a tornar inútil grande parte do trabalho “vivo”. Ainda que seja possível admitir que as transformações que estão a ocorrer nos mercados laborais são o resultado da influência direta ou indireta de vários fatores “ são precisamente aqueles associados ao fenómeno da tecnologização dos processos produtivos, da informação e da comunicação e da globalização das economias que assumem um papel dominante” (Hespanha, & Valadas, 2001, p, 124). A consequência mais imediata e visível é que não há trabalho para todos (cfr. Gorz, op.cit; Offe, op.cit; Beck, op.cit) pelo menos na forma atual como os seus tempos se encontram socialmente repartidos. Uma outra consequência intimamente relacionada e fortemente reforçada pelas opções político-económicas decorrentes do processo de globalização neoliberal é a dualização do mercado laboral ou a sua diferenciação interna. A terceira é a desagregação da ética tradicional do trabalho e a emergência de novos e diversos significados que lhe serão atribuídos pelos sujeitos no desenrolar das suas vidas. Analisemos, pois, um pouco mais detalhadamente cada uma destas dimensões que configuram o mercado atual de trabalho.

1.1. O princípio de insegurança do emprego e de normalidade do desemprego

Seja por razões de ordem tecnológica, micro ou macroeconómica, política ou sociocultural, ou talvez em resultado da sua conjugação, as sociedades contemporâneas parecem dispensar cada vez mais o trabalho humano para a produção de bens e serviços, já que se tornou possível, como diz Beck (Op. cit, p.50) “ (...) incrementar a produtividade sem trabalho.” Estamos, pois, perante uma situação histórico-social relativamente nova: após um longo período de mobilização para o trabalho, com um forte impulso nos anos que se seguiram à Segunda Guerra mundial, ao que hoje assistimos é à sua rarefação, de tal forma que é possível pensar “ (...) a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho” (Arendt, op.cit. p.13). Mais do que uma possibilidade, essa é já uma tendência visível no atual panorama laboral pelo menos à escala europeia e do designado mundo ocidental. Estamos, com efeito, a assistir ao crescimento generalizado do desemprego, à crescente flexibilização das relações laborais, à irrupção do trabalho precário, impreciso e informal. Nestas condições, o trajeto laboral de um número crescente de trabalhadores é marcado pela descontinuidade. Por razões de facilidade de exposição diremos que a descontinuidade pode assumir duas formas principais: chamemos-lhe descontinuidade funcional e temporal. A primeira traduz, não apenas o facto de serem cada vez menos coincidentes a preparação e qualificação profissional e a atividade profissional exercida, mas também porque se muda frequentemente de

profissão e, não raro, também de função dentro da mesma atividade profissional; a segunda refere-se à inserção provisória e precária no mercado de trabalho, frequentemente interrompida por períodos mais ou menos longos de desemprego.

De circunstâncias socialmente entendidas como excepcionais, o desemprego e a precariedade passaram a constituir fatores estruturais do mercado de trabalho, com a desvinculação do crescimento económico do crescimento do emprego (Beck; op.cit; Bauman, 2005). É isso que sugerem, de resto, vários estudos e indicadores estatísticos como a sistematização dos dados sobre o mercado de trabalho na União Europeia e em Portugal na última década, elaborada pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). O que nos diz esse relatório é que no período de 2000 a 2010 a taxa de desemprego em Portugal registou um crescimento quase sistemático, tendo passado de 4% para 11%, assim como o desemprego de longa duração (com duração média de 24 meses) que passou de 1,7% para 5,7% no mesmo período. Na UE-27, também se registou no período em análise um aumento da taxa média de desemprego, de 8.7% para 9.8%. Por outro lado, no conjunto dos países da EU- 27 a percentagem de contratos a termo certo tem crescido desde 2000, representando em 2010 14% do emprego total. Essa percentagem é particularmente pronunciada em Portugal, tendo passado de 19,9% em 2000 para 23% em 2010. Quanto ao futuro, mesmo os mais otimistas admitem que “Dadas as atuais perspectivas macroeconómicas para a economia portuguesa, a dinâmica de aumento do desemprego não deverá infletir no futuro próximo” (Alves, 2010, p.105). E será assim, até porque o desemprego e a precariedade do emprego parecem ser também elementos estruturais do sistema económico, tal como afirma Dubet (1999, p. 14) “Com efeito, o desemprego não aparece somente como uma fatalidade ligada à crise, mas como o produto de uma série de escolhas (...) como solução em vez de ser um problema”. Estamos, pois, a viver hoje uma situação laboral marcada pela “normalidade do desemprego” (Fernandes, 2005). Não se pense, portanto, que a precariedade e o desemprego constituem uma experiência que está reservada apenas a alguns. Pelo contrário, a transitoriedade contratual e a precariedade laboral está atualmente generalizada a todos os sectores de atividade e a todos os grupos profissionais, ou como diz Bourdieu (1998, p.114) “ A precariedade está em toda a parte,” ainda que, acrescentamos nós, possa ser experienciada de formas variadas e ter implicações individuais muito diferenciadas. Dito de forma simples, para além de se trabalhar menos tempo ao longo da vida, quando se trabalha é cada vez mais de forma descontínua.

1.2. O trabalho multiforme

Para essa descontinuidade do percurso laboral concorrem duas características que orientam e organizam o funcionamento do mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas: fragmentação e flexibilização. O que orienta a atual organização do trabalho já não é a competência técnica nem o seu valor de uso, mas antes a flexibilidade, seja ela interna ou externa (Castel, 1998), funcional ou numérica (Gorz, op.cit). É pela estratégia da flexibilização externa ou numérica, designadamente através da externalização de custos com o recurso à subcontratação que se organiza a principal fratura ou o ponto nodal da diferenciação interna do trabalho (Offe, op.cit). As exigências da produção e as necessidades do sistema económico, impulsionadas pelo império da competitividade, não param de diferenciar as formas e situações de trabalho. Ao que hoje assistimos é, pois, à multiplicidade de mercados laborais, ou como refere Pais (2001, p. 17) ” (...), o mercado de trabalho é um arco-íris de segmentações.” Além disso, e como tem sido sublinhado por vários autores (e.g. Offe op cit; Gorz, op.cit), a diferenciação interna do trabalho tende a arrumar-se em dois grandes segmentos: a par de um segmento dito primário, que assegura melhores salários, exige e proporciona melhores qualificações e, pelo menos ainda parece prometer, carreiras ou trajetos profissionais mais estáveis, existe outro segmento, o secundário, caracterizado pelo desemprego intermitente, precariedade extrema (pluriatividade, trabalho clandestino, trabalho temporário, trabalho ao domicílio, teletrabalho, trabalho a tempo parcial involuntário, autoemprego etc.), por baixos salários e baixas qualificações, enfim, exercido nas piores condições. Este segmento parece, aliás, cada vez mais expressivo e com tendência a crescer (Beck, op.cit). Diga-se, entretanto, que

essa segmentação não resulta apenas dos mecanismos da flexibilidade externa, mas também no interior da própria empresa, tal como sugere Dubet (op. cit. P. 13) “O indivíduo passa de um lado para o outro e talvez no seio da mesma empresa encontram-se trabalhadores tendo exatamente o mesmo tipo de atividade e estatutos totalmente diferentes”. É também por isso que o discurso da empresa integradora ou empresa cidadã que apela à sua responsabilidade social tem cada vez menos consistência, desde logo empírica, já que “ (...) a empresa funciona também, e aparentemente cada vez mais, como uma máquina de vulnerabilização, e até mesmo como máquina de exclusão (Castel, op.cit, p. 519). A par da segmentação, a fragmentação do estatuto do trabalhador parece ser, portanto, uma outra linha orientadora da organização do mercado laboral nas sociedades de capitalismo avançado. Traduzida, além do mais, no facto de, quer a nível coletivo, quer a nível individual, haver cada vez menos correspondência entre as qualificações, as competências e funções exercidas e os rendimentos e os estatutos, a fragmentação do estatuto do trabalhador coloca várias questões de natureza teórica e empírica à forma como concebemos e interpretamos o trabalho na atualidade, sendo que para alguns autores (e.g. Offe; op.cit) constitui mesmo um sinal claro da perda da sua centralidade. Seria também um fator de alargamento do campo das desigualdades, já que, além das que resultam da hierarquia tradicional de rendimentos entre categorias sócio-laborais, a fragmentação do estatuto do trabalhador originaria desigualdades intracategoriais, ou “novas” desigualdades que “Procedem da requalificação de diferenças no interior de categorias consideradas anteriormente homogêneas” (Fitoussi e Rosanvallon, 1999, p.41).

1.3. O trabalho: um instrumento para a vida ou forma de realização de si?

As reflexões anteriores sugerem, além do mais, que o mercado de trabalho apresenta hoje características e contornos de algum modo paradoxais. Se é verificável que pelo menos até ao momento, por comparação com outros períodos da história recente, tem vindo a aumentar o número de pessoas que participam no mercado de trabalho, na condição de assalariados, também é certo que a segmentação e a fragmentação do estatuto do trabalhador fazem com que tenham muito pouca coisa em comum. Aliás, é cada vez menos certo que o facto de um indivíduo ser trabalhador e desempenhar determinada atividade profissional seja revelador, ou tão-só um indicador seguro, dos seus hábitos de consumo, das suas opções políticas, dos seus hábitos culturais, enfim dos seus interesses e projetos de vida (Offe. Op.cit), o que nos remete para a questão do valor subjetivo do trabalho, ou seja a importância e o significado que assume no trajeto existencial do sujeito. De modo breve, diremos que se trata de saber, em síntese, se as condições da sua realização nas sociedades de capitalismo tecnologicamente avançado que sustentam na massificação do risco e no princípio do emprego “nómada” a sua lógica de funcionamento e em que os processos de racionalização técnica e organizacional do trabalho cada vez menos permitem a manifestação das características e qualidades da pessoa que o executa, não corrói e desagrega a sua ética tradicional, em que” As pessoas procuravam provar o seu valor através do trabalho” (Sennett, 2001, p.154). Mais especificamente, o que se questiona é se podemos continuar a considera-lo o grande integrador da experiência individual, ou se o papel da atividade profissional nos processos de socialização e de construção das identidades deve ser relativizado, ou, mais geralmente, saber se ele é hoje um instrumento para a vida ou forma de realização de si.

Contrariando as teses maioritárias, segundos as quais o trabalho constitui o referencial maior na vida dos indivíduos (cfr. De Coster & Pichault, op.cit; Schnapper, op.cit), são muitos os sinais evidenciados por pesquisas de recorte qualitativo (cfr. Grell & Wery, 1993; Schehr, 1999) que autorizam a pensar a possibilidade de já não ser ele o valor central ou maior na construção do trajeto biográfico dos indivíduos e que a sua ética se encontra fortemente relativizada, tal como nos diz Bauman (2007, p.149) “ O trabalho já não pode oferecer um uso seguro no qual enrolar e fixar definições do eu, identidades e projetos de vida.” Também Schehr (op.cit, p. 250) a propósito das perspectivas que tendem a conferir uma importância decisiva à identidade profissional na configuração da identidade social afirma: “ este ponto de vista esquece muito simplesmente de invocar outras experiências que não o trabalho, que também podem ser fundamentais da construção

identitária”. O trabalho tenderia assim a perder significado enquanto símbolo maior daquilo que somos (Estanque, 2005, p.114).

Quanto à questão de saber se é um instrumento para a vida ou forma de realização de si, comecemos por recordar que tradicionalmente são identificados dois atributos do trabalho: (1) o trabalho constituiria a forma soberana do indivíduo experimentar e evidenciar as suas capacidades e de exercitar as suas competências. É o que usualmente se designa por atributos intrínsecos ou expressivos do trabalho; (2) o trabalho seria, além disso, o meio de participação do indivíduo na vida económica e social. As condições materiais da sua realização, tais como salário, horário, estatuto e carreira profissional e direitos sociais deles derivados, etc., constituiriam a sua dimensão instrumental. Saber se e em que medida estas duas dimensões estão presentes e explicam o ato de trabalhar tem constituído um tema importante e até central nas reflexões acerca do trabalho humano. Digamos também que a ideia de que é sobretudo a sua realização o que o homem procura no trabalho (porque este é por essência realizador) tem constituído a perspectiva dominante. Encontramo-la nos teóricos do trabalho de ontem e de hoje. Encontramo-la também, e cada vez mais, nos homens de negócios, nos tecnocratas e nos políticos, sendo talvez até esse um dos argumentos, ainda que utilizado de forma implícita, para a implementação de algumas medidas públicas, como o “envelhecimento ativo” ou a promoção do voluntariado. No entanto, e tendo presente o que atrás dissemos sobre as condições da sua realização nas sociedades contemporâneas, é possível admitir que, pelo menos para a maioria dos indivíduos, o trabalho não permite a manifestação das suas faculdades, a sua forma e ritmo de funcionamento, ou os seus interesses e valores, enfim, a expressão de si, até porque “o nosso envolvimento no trabalho torna-se superficial, uma vez que nos falta entendimento do que estamos a fazer.” (Sennett, op.cit. p.114). Nestas condições, a relação dominante com o trabalho seria uma relação moralmente neutra, de tipo instrumental. O que fundamentalmente incentiva os indivíduos ao trabalho assalariado são razões de natureza material e, particularmente, a procura de um salário que permita não apenas a obtenção de bens e de serviços, já que nas sociedades contemporâneas o trabalhador tornou-se um consumidor (Touraine, 1991, Bauman, op.cit), mas também evite a falta deles, evite situações de escassez e de pobreza.

2. Individualização laboral, individualização da proteção social e processos de marginalização

No entanto, cada vez é menos seguro que o trabalho assalariado constitua uma proteção contra a pobreza. Trabalho e pobreza já não se excluem, como o comprova o número crescente de trabalhadores pobres. Na “economia da insegurança” (Beck, op.cit), as relações laborais são marcadas pela flexibilidade, pela precariedade e, mais geralmente, tendem para a informalização e individualização do trabalho, como uma tentativa de restabelecimento da sociedade de pleno emprego. O que significa que, para além do trabalho exercido não estar enquadrado em qualquer tipo de coletivo, a economia e o estado passam os riscos para os trabalhadores que a qualquer momento podem deixar de o ser. E se, depois disso, alguns podem ainda apanhar o elevador, outros só lhes resta a porta giratória.

Analisemos a este propósito algumas medidas e dispositivos dirigidos à promoção do emprego e de apoio aos desempregados, na medida em que podem constituir indicadores importantes do novo regime do trabalho nas sociedades ocidentais. Essas políticas, para além de se inserirem no que Castel (op.cit) designa por “individualização da proteção” são, mais especificamente, orientadas pelo princípio do “individualismo normativo” (cfr. Delory- Momberger, 2010) nos termos do qual cabe ao indivíduo cuidar e demonstrar a sua “empregabilidade”, ou seja, deve estar permanentemente preparado para poder convencer um potencial empregador da sua adequação às condições de emprego que lhe poderão ser oferecidas, ainda que não saiba exatamente quais e se isso vai ocorrer. Para isso deve reunir determinadas condições e ter outras tantas disposições: ser flexível, isto é, deve ser adaptável a múltiplas e variadas circunstâncias; ter mobilidade, geográfica

e horária; ser capaz de autoavaliação; ter disponibilidade para a aprendizagem permanente; enfim, ter capacidade para se autopromover. Mais importante ainda, diz-se, deve ser um empreendedor, sair da zona de conforto”, ser capaz de correr riscos, exercer a liberdade da insegurança (Beck, op.cit), sendo um empresário autónomo e constituir uma empresa de *outsourcing*, terceirizada, ou um *franchising*, ser um “franchizado”, o que lhe conferirá o estatuto que é um misto de “empresário e jornalista” (Beck, op.cit). Enfim, as oportunidades não faltam, o que é preciso é espírito empreendedor. Essa parece ser, com efeito, a mensagem implicitamente transmitida pelas economias ocidentais, seguidas pelas políticas públicas de proteção no desemprego implementadas em grande parte dos países da U.E. Em Portugal, o decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de novembro refere no seu preâmbulo que “ A necessidade de sustentar a elevação das taxas de emprego e a manutenção das taxas de desemprego estrutural reduzidas (...) impõe um aumento dos esforços no sentido da ativação rápida dos trabalhadores”. Em coerência, estabelece no seu artigo 49º um conjunto de situações que podem levar à anulação da inscrição no Centro de Emprego (o que tem como consequência a cessação da prestação do subsídio de desemprego, artigo 54º). Uma dessas razões está prevista na alínea f) desse artigo: “Segundo incumprimento do dever de procurar ativamente emprego pelos seus próprios meios e efetuar a sua demonstração perante o Centro de Emprego”. A crescente responsabilização dos desempregados pela sua situação de desemprego, ou como diz Harvey (2011, p. 62) “ A teoria liberal sustenta, porque assim lhe convém, que o desemprego é sempre voluntário”, talvez ajude a compreender que, em Portugal, em 2010, cerca de metade dos desempregados inscritos à procura de emprego não recebiam subsídio de desemprego e que de 2009 para 2010 o número de beneficiários dessa prestação tenha diminuído em 67.479 indivíduos. (cfr. Observatório do Emprego e Formação Profissional, op.cit).

É possível, portanto, admitir que essas políticas de “welfare-to-work,” mas também de “workfare” que, além do mais, colocam no desempregado a responsabilidade, ou pelo menos parte dela, de conseguir emprego (o que poderá significar procurar o que não existe) constituem sobretudo uma forma de retomar uma distinção antiga entre os bons e os maus pobres, ou como diz Bauman (2005, p.103) citando Ferge e Miller “ a moderna propaganda a favor da ética do trabalho serve para separar os pobres que merecem atenção dos que não a merecem, culpando a estes últimos e, desse modo, justificando a indiferença da sociedade face a eles.” Nesta lógica, constituem frequentemente, também, importantes fatores de aprofundamento e de alargamento das situações de pobreza e de marginalidade, tal como refere Garland (2005, p.318) ” O cancelamento de subsídios usa-se cada vez mais como um meio para forçar os que os recebem a sair da lista dos beneficiários, desviando-os frequentemente para trabalhos mal remunerados, mas também para a economia alternativa das drogas e do delito.”. Estudos realizados em prisões portuguesas (cf. Cunha, 2002; Fernandes, & Silva, 2009), para além de revelarem que desde os anos 80 do último século e até ao ano 2000 a taxa de encarceramento tem vindo a aumentar, evidenciam também, com efeito, que a sociografia dos detidos tem vindo a mudar. Os dados apresentados na investigação que Manuela Ivone Cunha (op.cit) realizou no estabelecimento prisional de Tires, revelam que “ subiu a quantidade das que se incluem no segmento do emprego precário, instável, com baixa remuneração e participação em economias informais”. (Fernandes & Neves, 2010, p, 326).

Vemos, assim, que a ética do trabalho que tendo sido construída com base na promessa de acabar com a pobreza, parece constituir hoje um poderoso mecanismo no processo de marginalização de consideráveis setores da população que, antes de tudo o mais, estão afastados do mercado de trabalho convencional. É isso, aliás, o que autoriza alguns autores a falar de uma nova marginalidade, seja ela designada por Underclass, nova pobreza ou exclusão social. Pode servir-nos de exemplo a este propósito Wacquant (2001, p. 168), quando refere que com a “modernização económica acelerada, provocada pela reestruturação global do capitalismo” surge um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana que designa por “marginalidade avançada” na qual estão envolvidas famílias sem-abrigo, mendigos, vagabundos e muitas outras figuras e comportamentos que compõem a paisagem da marginalidade nas grandes metrópoles. Uma investigação efetuada por um de nós (cf. Silvestre, 2004; Silvestre & Manita, 2008) revelou, por exemplo, que pela forma

como se encontra hoje organizado e pelas contradições que evidencia, o trabalho pode constituir uma importante contingência de carreira do uso de drogas.

Diferentemente da pobreza do período entre a Segunda Grande Guerra e meados dos anos setenta que, na sua expressão maior, era sobretudo cíclica e estava fixada em comunidades da classe trabalhadora e relativamente à qual havia sempre a expectativa de ser ultrapassada com a expansão do mercado, a pobreza nas sociedades atuais tende a ser de longa ou mesmo de eterna duração. É independente dos ciclos económicos, e está confinada a bairros relegados, nos quais o isolamento e a alienação sociais se alimentam reciprocamente. Esta “nova marginalidade” interpreta-a Wacquant, como o resultado conjugado de quatro lógicas distintas que invocam, cada uma à sua maneira, as mutações do trabalho e da sua ética. Resumidamente, diremos que a primeira dessas lógicas se inscreve numa dinâmica macro-social que não pára de gerar desigualdades numa formação social que, apesar de todos os avanços e recuos, regista níveis nunca antes conseguidos de produção e acumulação de riqueza. Contudo, a produção de riqueza parece que cada vez menos precisa de trabalho humano (Beck, op.cit) e se dele precisa é cada vez mais de forma descontínua, desigual e mesmo dualizada. É assim que o autor identifica outra lógica de produção de marginalidade, ou mais exatamente que “A nova marginalidade urbana é o subproduto de uma dupla transformação da esfera do trabalho” (op.cit., p.173). Para além do desaparecimento de milhões de empregos semiqualeificados que a revolução tecnológica tornou desnecessários, também o carácter da relação salarial mudou nas últimas décadas e hoje o trabalho já não constitui uma proteção contra a pobreza, desde logo pela precariedade que o caracteriza, mas também pela deterioração das condições salariais para muitos dos trabalhadores que estão integrados no segmento secundário do mercado de trabalho. Para nos situarmos apenas nos países da EU-27, refira-se a este propósito que, segundo dados da Fundação Europeia Para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (EUROFOUND, 2010) em 2007, 8% da população empregada na EU pertencia à categoria de trabalhador pobre. Essa percentagem seria ainda mais pronunciada em Portugal, sendo vários os estudos (eg. Carmo, R.M. et. al., 2010) que apontam para que 12% dos trabalhadores viviam, no mesmo ano, abaixo do limiar de pobreza. De resto, segundo o relatório semestral de execução 2011 da Comissão do Rendimento Social de Inserção (2012), 35.015 beneficiários, 16% do total, declararam ter rendimentos provenientes do trabalho. Esse relatório diz-nos ainda que dos processos que cessaram no primeiro semestre de 2011 apenas 0, 6% deles tiveram como motivo a integração no mercado de trabalho, valor inferior ao registado em 2010 que foi de 1%.

Dito de forma simples, hoje grande número de trabalhadores são pobres e muitos deles são considerados supérfluos, com poucas ou nenhuma esperança de regresso ao mercado de trabalho, o que pode ajudar a perceber as mudanças verificadas nas últimas décadas nas políticas sociais que apontam para o progressivo enfraquecimento e desarticulação do estado social, consideradas por Wacquant (op. cit. p. 176) como “as grandes causas da deterioração e a indigência sociais visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas.” De facto, o progressivo e persistente recuo do estado social ou de bem-estar nas sociedades ocidentais pode ser interpretado como o reconhecimento de que já não cumpre qualquer função na reprodução da mão-de-obra necessária à produção de riqueza. Hoje, já não é para um “exército de reserva” que o estado social dirige a sua principal atenção, mas antes para um batalhão de trabalhadores supérfluos a quem são dirigidos programas de apoio que constituem, cada vez mais, formas de vigilância e controle dos pobres, o que leva aliás Wacquant (op.cit. p. 175) a afirmar que “os estados de bem-estar são grandes produtores e modeladores de desigualdade e marginalidade urbanas.” É também por ação das políticas estatais no domínio da habitação e ordenamento do território que é possível identificar outra dinâmica associada à nova marginalidade urbana. Se é verdade que pobres sempre existiram (Bauman, 2005), não menos certo é que conheceram contextos diferentes de existência. Em contraste com o período da expansão industrial em que, além do mais, a pobreza estava dispersa por vários espaços operários, nas sociedades ricas ser pobre não significa apenas viver em situação de privação económica, traduz-se frequentemente também em viver em espaços relegados, caracterizados pela

concentração e estigmatização da pobreza, até porque “ Uma rejeição raramente vem só, facto que lhe confere um carácter especialmente violento” (Fernandes & Neves, op.cit, p. 319). Estaríamos, pois, em presença de populações que constituem “figuras da vitimação coletiva” (Fernandes, 2006).

Habitar no “bairro social degradado” para além de confirmar a situação de pobreza de quem lá vive ou de quem para lá vai viver pode assim significar a sua perpetuação pela estigmatização geral que sobre eles é exercida, ou como nos diz Wacquant (op. cit P. 134) “ A estigmatização territorial afecta as interacções não só com os empregadores, mas também com a polícia, os tribunais e as burocracias de bem-estar social de contacto mais próximo”. O que estas afirmações parecem sugerir para os propósitos deste texto é que, para além das dificuldades que decorrem das características do mercado de trabalho atual, o facto de se viver nesses territórios aumenta os obstáculos para conseguir emprego, pelo menos no mercado formal, pelo que a solução para muitos dos seus habitantes é a informalidade do trabalho, ou o trabalho clandestino.

Diremos, enfim, que uma análise mesmo que sumária, às transformações registadas pelo trabalho assalariado nas últimas décadas permite pensar que, depois de ter sido anunciado como o grande integrador, parece constituir hoje um fator gerador de profundas contradições, ambiguidades, paradoxos e de novas e de velhas desigualdades sociais “que deram o nome à questão social no final do século XIX” (Santos, 2003, p.11). Essas contradições e desigualdades não dizem apenas respeito à esfera restrita do mercado de trabalho, mas também a muitos outras esferas de vida individual e coletiva fortemente relacionadas, até porque, mesmo estando o trabalho em desordem continua a ditar a ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Nuno. (2010). “Pobreza e participação no mercado de trabalho em Portugal”. In Carmo, R.M. do (org), *Desigualdades sociais 2010- Estudos e indicadores*. (pp.101-110). Lisboa: Mundos sociais.
- Arendt, Hannah. (1995). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (7ª Edição)
- Bauman, Zygmunt. (2005). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Bauman, Zigmunt. (2007). *Modernidad líquida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico.
- Beck, Ulrich. (2000). *Un nuevo mundo feliz – la precariedade del Trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós
- Bourdieu, Pierre. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora
- Carmo, Renato Miguel (org) (2010). *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos sociais.
- Carmo, Renato Miguel et al. (2010). “Análise de Indicadores (Portugal e comparação europeia) ”, In Carmo, R.M. do (org), *Desigualdades sociais 2010 - Estudos e indicadores*. (pp. 5-97). Lisboa: Mundos sociais.
- Castel, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Comissão Europeia (2010). *SpecialEurobarometer 321. Povertyand Social Exclusion*.
- Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção. (2011). *Relatório semestral de execução-2011*. Documento eletrónico disponível em www.cnrsi.pt/preview_documentos.asp?r=752&m=PDF. Recuperado em 30 de Abril de 2012.
- Cunha, Maria Ivone. (2002). *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de século.
- De Coster, Michael & Pichault, François. (1994). *Traité de Sociologie du travail*. Bruxelles: De Beck.
- Decreto-lei N° 220/2006, de 3 de Novembro
- Delory-Momberger, Christine. (2010). *La condition biographique. Essais sur le récit de soi dans la modernité avancée*. Paris : Téraèdre.

- Dubet, François. (1999). Le travail et ses sociologies. Sociologie du Travail, Paris, Le seuil, 40 ans de Sociologie du travail (Conference Introductive), pp.1-24.
- Estanque, Elísio. (2005). Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. Revista Critica de Ciências Sociais, 71, p. 113-140
- Fernandes, Luís. (2005). Pobreza urbana e marginalidade no virar do milénio. In Cadernos REAPN, 9, In Extremis – *Fenómenos, atores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*. (pp.17-30). Porto: REAPN.
- Fernandes, Luís. (2006). Figuras da vitimação coletiva. Revista Europeia de Inserção social, 1, 57-78.
- Fernandes, Luís. & Silva, Maria Rosário. (2009). O que a droga fez à prisão: um percurso a partir das terapias de substituição opiácea. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Fernandes, Luís. & Neves, Tiago. (2010). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações coletivas. In Machado, C. *Novas formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilíbrios, Edições.
- Fitoussi, Jean-Paul.& Rosanvallon, Pierre.(1997). A nova era das desigualdades. Oeiras: Celta Editora.
- Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (EUROFOUND). (2010). Trabalhadores pobres na Europa. Documento eletrónico disponível em: www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2010/251/PT/1/EF10251PT.pdf.
- Garland, David. (2005). La cultura del control. Crimen y orden social en la sociedad contempórea. Barcelona: Gedisa.
- Gorz, André. (1991). Metamorphoses du travail, Quêt du Sens – Critique de la raison économique. Paris: Glileè.
- Grell, Paul.& Wery, Anne. (1993). Heros Obscurs de la Précarite. Paris: L'Harmattan.
- Habermas, Jurgen. (2000). O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote.
- Harvey, David. (2011).Breve História del neoliberalismo. Madrid: Ediciones Akal.
- Hespanha, Pedro & Valadas, Carla. (2001). Globalização dos problemas sociais, globalização das políticas. O caso da estratégia europeia para o emprego. In Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (orgs), *Risco social e incerteza. Pode o estado social recuar mais?* (pp. 123-175). Porto: Edições Afrontamento.
- Meda, Dominique. (1999). O trabalho: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de século.
- Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). Aspectos estruturais do mercado de trabalho. Lisboa: OEFP.
- Offe, Claus. (1992). La sociedad del trabajo- Problemas Estructurales y perespectivas de futuro. Madrid: Alianza Editorial.
- Pais, José. Machado. (2001). Ganchos, tachos e biscates. Porto: Âmbar.
- Silvestre, Agostinho Rodrigues (2004). Desvio com via dupla: trabalho e drogas na construção de carreiras desviantes. Porto: FPCEUP (Tese de mestrado não publicada).
- Silvestre, Agostinho Rodrigues & Manita, Celina. (2008). Relação drogas - trabalho na construção de carreiras desviantes. Toxicodependências, Lisboa, 14, 2, 3-14.
- Santos, Boaventura Sousa. (org) (2003). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Edições Afrontamento.
- Schehr, Sebastien. (1999). La vie quotidienne des jeunes chômeurs. Paris: Puf.
- Schnapper, Dominique. (1998). Contra o fim do trabalho. Lisboa: Terramar Editores.
- Sennet, Richard. (2001). A corrosão do carácter, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terramar Editores.

Touraine, Alain. (1991). Au-delà d'une société du travail et des mouvements sociaux? In Sociologie ET sociétés, vol. XXIII, 2 Autonomie, pp.27-41

Wacquant, Loic. (2001). Parias Urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio. Buenos Aires: Manantial.